

desejo de prazer, sublimado ou não, constitui mais um elemento humanístico presente na epopéia”. (Victor Ramos, op. cit.).

“Sua obra poética deve ser conhecida pelo leitor moderno e principalmente pelos estudantes e poetas jovens, pois é preciso saber o que num grande poeta pertenceu apenas ao seu tempo e o que, superando o próprio tempo, alcança o futuro, como parte inseparável do espírito humano, em todas as épocas”, observa César Leal, no ensaio já citado.

Creemos que a melhor homenagem que poderíamos prestar ao Poeta, neste ano quatricentenário, seria ler ou reler *Os Lusíadas*, com o desejo e o propósito de captar-lhes a mensagem de confiança no Homem, que é o centro e o móvel da epopéia, tão grande quanto a de Virgílio a quem seguira bem de perto, como fizera Dante, tão densa quanto a de Homero, a quem se compara, na expressão já citada de Humboldt.

Dos feitos portugueses, bem acima daqueles do sábio grego e do troiano, dissera o Poeta:

“... Que se cante e se espalhe no Universo  
Se tão sublime preço cabe em verso”.

De seu Poema, repositório do saber renascentista, nele acumulado e “também de experiência feito” porque o fez “vendo, vivendo e pelejando”,

“Qual Cânace que à morte se condena  
Numa mão a espada, noutra a pena”,

digamos reverentes:

Que se leia e se propague no Universo ...

## Camões e o povo em *Os Lusíadas*

JOEL PONTES

A aproximação entre Camões e o povo não é muito aparente em *Os Lusíadas*. Dir-se-ia que o poeta gastou-a na lírica, sobretudo com a medida velha, dando-se em seguida por livre para seguir seus modelos renascentistas. O convívio com o povo transparece de vários modos nas glosas, no uso das redondilhas, nas expressões populares (algumas ainda hoje em uso), nas circunstâncias de certos poemas graciosos. É fácil detectá-las. Não devia ser fidalgo aquele João Quaresma, da Índia, que chicoteou uma mulher, nem ela de alta jerarquia para Camões divertir-se com a surra:

Não torneis a ser errada,  
Nem condeneis a vós mesma,  
Pois estais já emendada;  
E não sereis por Quaresma  
Outra vez disciplinada.

Nem podia ser de sangue azul aquela dona que chamou Camões de diabo:

Já que chegais tanto ao cabo,  
Com as mãos postas aos Céus,  
Vou sempre pedindo a Deus  
Que vos leve este diabo.

A uma dama que estava doente, o poeta endereçou estrofe ambígua que não cometeria se alguém punisse por ela:

Que eu, por ter, fermosa Dama,  
A doença que em vós vejo,  
Vos confesso que desejo  
De cair convosco em cama.  
Se consentis que me vença  
Deste mal, não houve gente  
Da saúde tão contente,  
Como eu serei da doença.

A uma certa Catarina chamou má, mentirosa, malvada e  
cadela porque

Prometeu-me ontem de vir,  
Nunca mais apareceu;  
Creio que não prometeu  
Senão só por me mentir.  
Faz-me, enfim, chorar e rir:  
Rio quando me promete,  
Mas choro quando me mente.

Com o povo também se entende ao descrever aquela cam-  
poneza Lionor que vai para a fonte, descalça, pisando a relva  
— “vai formosa e não segura”. E mais: encontramos a marca  
popular quando faz teatro, notável principalmente nos criados  
de língua solta; nas endechas à cativa Bárbara, pretidão de  
amor; ou quando se torna conceituoso, falando com a sabedoria  
de adágios:

Nunca o prazer se conhece  
Senão depois da tormenta

x

Muitas vezes diz a boca  
O que nega o coração.  
Toda a cousa defendida  
Em mais estima se tem.

x

Nos “Disparates na Índia”, encontramos:

Quem torto nasce, tarde se endireita.

x

Honra e proveito não cabem num saco.

x

O abade onde canta aí janta.

x

Cobrir o céu cuma joeira

x

... andam emendando o mundo  
E não se emendam a si

além de vários outros ditos populares, em português e espanhol,  
trocadilhos, palavras vulgares. Nos poemas de medida velha,  
Camões dá voz ao povo e até alcança, nos temas pastoris, certa  
singeleza que começava a ser evitada no seu tempo, ou consi-  
derada de mau gosto por lembrar a Idade Média.

Tudo isto constitui o pagamento de Camões ao povo, que  
o estimava e com o qual viveu muitas das poucas alegrias da  
vida. Descobrir as marcas dessa convivência nos *Lusíadas* é, de  
certa maneira, unir aquele sentido da lírica, aqui citado, à pos-  
tura solene da épica. Do mesmo modo seria pesquisa tendente  
à compreensão integral a que estudasse os pontos em que as  
meditações filosóficas de odes, oitavas, elegias e canções se re-  
petem, se ampliam ou se modificam na epopéia. Para falar dos  
traços populares em *Os Lusíadas* — não tão patentes como nas  
redondilhas — poderíamos lembrar, desde logo, o caráter lú-  
dico destas, e satírico em algumas partes, que só encontramos  
repetidos nas comédias. Como que o poeta sentia-se mais à von-  
tade para exprimir o lado brincalhão do seu espírito em ver-  
sos curtos e em termos, ou comportamentos, mais próprios do  
povo do que da elite de sangue, dinheiro ou cultura. Note-se  
que as cenas divertidas, ou menos hieráticas da epopéia, cabem  
na boca ou na ação de soldados, marinheiros rasos. Não é ale-  
gre o Velho do Restelo e, aliás, não está dito em nenhuma par-  
te qual seja sua condição social. A ilação que costumeiramen-  
te se faz prende-se à descrição de mulheres a carpir a partida  
dos filhos, esposos e irmãos. Só neste desespero sente-se o povo,  
do qual o Velho, falando a seguir, segundo certos autores, seria  
porta-voz. Os versos que sugerem pobreza — e por associação  
povo — são estes:

Qual vai dizendo: Ó filho, a quem eu tinha  
Só para refrigério e doce amparo  
Desta cansada já velhice minha,  
Por que me deixas, mísera e mesquinha? (1)

(1) IV, 90.

A sugestão, porém, é mais da situação do que das palavras, porque mísera e mesquinha são os exatos adjetivos, e nesta mesma ordem, que Camões aplica à dama da alta nobreza da Galícia, à companheira do filho de Afonso IV, D. Inês de Castro. Quanto ao amparo da velhice, não é necessariamente de ordem material.

O pensamento contrário às navegações em águas desconhecidas devia ser motivado, na massa anônima, por superstições e receios quanto a destinos pessoais. Isso corresponderia a renitências medievais no espírito popular. No tocante à nobreza e burguesia, mais pragmáticas em sua oposição, prevalecia a preocupação política do despovoamento do reino e a dúvida sobre o bom sucesso econômico de tais empresas.

Por um lado, o Velho fala em termos de razão de Estado. A alegoria da Fama, à qual se dirige, é claro subterfúgio de quem não quer nomear diretamente o rei. Se Camões teve coragem para repreender D. Sebastião, como bem mostra Antônio Sérgio, escudado em Faria e Sousa, frei Bernardo da Cruz e outros, efetuando “o transunto muito fiel do grande protesto popular” (2), com mais razão tê-la-ia em relação a um rei já remoto quando foi publicado o Poema. Dá-se, porém, que num e no outro caso havia opiniões gerais firmadas e, apesar do Velho, a do povo era favorável a D. Manuel, em cujo reinado, após a viagem de Vasco da Gama, Portugal alcançou enorme desenvolvimento comercial. Na figura do rei, descansavam todos os êxitos felizes, pela concentração do poder em sua pessoa e decadência das instituições municipais. D. Sebastião, ao contrário, era um rei fraco, como aquele que fazia fraca a forte gente, impopular.

Por outro lado, vemos que a preocupação filosofante do Velho tem veemência propositada, a ponto de enganar e parecer o próprio pensamento de Camões, em 1959, assim pensava Antônio José Saraiva, 15 de maio de 1972, em artigo publica-

(2) *Ensaíolos*, tomo IV, cap. “Camões panfletário”, Lisboa, Guimarães Editores [1959]. Protesto, porque D. Sebastião desinteressava-se dos assuntos de governo, preocupado só de caça e montaria.

do na revista “Vida Mundial”, já não tem tanta certeza: “O Velho é e não é o próprio Camões; tem uma função doutrinária e tem uma ou várias funções estéticas”. O que nos chama a atenção é que a fala encerra o Canto IV sem aparente contradição. Encarando-a como expressão da contrariedade de uma parte da nação — parte esta composta de nobres e populares — e pondo-a em face da glorificação final dos nautas, a fala seria censura? ou o medo natural do desconhecido, do mar e do futuro?

Antônio Sérgio (3) se pergunta: como conciliar as duas atitudes da epopéia: a crítica do feito e a sua épica exaltação? E acredita que a explicação está em que Camões admitia ordens diferentes de realidade, como mais tarde Pascal: “Il y a trois ordres de choses: la chair, l'esprit, la volonté”. O Velho encarnaria a sabedoria do espírito, que tem por objetos a justiça, e a caridade. Neste caso, seria como um advogado do povo, considerada assim a maioria dos que embarcavam, e do povo, ainda, considerado nacionalmente — o povo português. Sua filosofia enxergava um conjunto de coisas que a imediatez da política portuguesa não podia alcançar. Camões não concordava com o Velho mas precisava dar-lhe uma aparente razão, com um intuito de ordem literária, como adiante veremos.

Antônio José Saraiva é mais incisivo: “O Velho do Restelo é o próprio Camões erguendo-se acima do encadeamento histórico e medindo à luz dos valores do humanismo europeu os acontecimentos por que se apaixona o vulgo e de que ele mesmo se faz cantor. Entra ele em contradição com a ação do seu próprio poema? Tanto pior para esta! Tal contradição não seria, de resto, a única, antes é bem característica da posição do autor de *Os Lusíadas* perante a matéria que narra, com a qual de modo algum se identifica” (4).

Não me parece muito importante procurar o aspecto doutrinário na contradição entre a fala do Velho e a glorificação

(3) *Ensaíolos*, tomo IV, cap. “Em torno das idéias políticas de Camões”.

(4) SARAIVA, Antônio José — *Luis de Camões*, Lisboa, Publicações Europa-América [1959] p. 124.

visada pelo poema. A importância política das navegações como que desvia os comentadores portugueses, e até brasileiros, da interpretação estética daquela passagem do poema. Em vez de procurarem observá-la como poderosa antítese, preocupam-se com velhas — já no tempo de Camões velhas — conspiratas de nobres, em Montemor-o-Novo, referidos em João de Barros, *Ásia*, dec. I, livro 4.º.

Ao Velho, desdenhoso do vulgo, como acentua Saraiva, humanista em situação de juiz, podemos contrapor a Ilha dos Amores, criação não menos típica de humanista. Ao homem de aspecto venerando, o feroso Lionardo. Às ameaças, o prêmio do amor desenfreado. Aos maus prenúncios do sábio, os risinhos das ninfas aconchegadas, e tudo o mais, que, cotejados os episódios, indica a contradição necessária, o colorido benéfico ao poema. O preto e branco, mais preto que branco, expulso pelas referências a cristais da máquina do mundo e palácio de Thetis, às cores de frutos, flores e cabelos das ninfas recém-banhadas. Se há contradição entre a veemência não contestada do Velho e o prêmio final aos portugueses, bendita seja.

Diremos de nossa parte que o poeta alcançava o quanto havia de sensato naquela condenação. Antecipava o ardor de Antero de Quental e de muitos outros que, antes e depois, acusariam o imperialismo como fator dos mais importantes para a decadência de Portugal. Mas como seria possível aos portugueses, sem o cometimento do erro, realizar mais do que a força humana prometia? E como, sem a sublimação deste mesmo erro, poderia o poeta escrever versos que fariam cessar a Musa antiga? A resposta ao Velho é o próprio poema. Se contradição existe, a vida de Camões e a obra estão cheias dela, como a reafirmar o grande espírito humano e não divino que ele foi. Convém extrairmos do episódio do Velho seu lado mais positivo, desde que tudo são provocações para procurarmos o entendimento à nossa maneira como outros o procuravam à sua. O Velho será então, um pensamento anti-aventura e anti-poesia, e, portanto, está certo que despreze o povo. Como personagem equivale a um arúspice de tragédia, não escutado porque há um sentido de predestinação no binômio glória-desastre que

cinge a história portuguesa de D. Manuel até D. Sebastião. Camões via os dois tempos e o Velho é produto dessa sabedoria. O futuro, previsível em 1572, haveria de provar que ele estava certo, mas o poeta pretendia fixar a glória e não o desastre. Há uma dramática necessidade de auto-engano sem o que o poema tornar-se-ia impossível. O Velho é o terno desastre na equação em que a Ilha dos Amores será a glória.

Situados estes extremos, é na parte intermediária que encontramos mais diretamente o povo — mosteirais e camponeses — cujo pensamento sabe-se que devia seguir o dos nobres, isto é, estaria dividido, com a desvantagem de nada pesar nas decisões reais. Ao longo do poema, Camões alude a outros povos europeus, africanos e asiáticos, sempre no sentido político, ou no religioso, que lhe é tão afim, nunca no social, mesmo quando fala do “torpe ismaelita” que só o não é quando aceita as alianças propostas por D. Manuel. Quanto ao português, estão fora da ótica do poema escravos e estrangeiros residentes pobres, judeus na maioria, e dois bandos são considerados: a arraia miúda, católica, lusitana e livre — que é chamada gente, povo, os pequenos — e seus representantes na armada, os soldados e marinheiros. O todo e a parte. O todo, no passado, presente e futuro. A parte, no presente da narração da viagem.

Na verdade, o primeiro grupo comparece nas reflexões e conselhos de modo expresso, iniludível. Mas também poderíamos identificar sua presença com escrutínio de palavras, imagens, anexins denunciadores do lastro popular da vida do poeta, tantos anos misturado à escória da Índia e, antes do exílio, bebendo numa Hipocrene de salão, mas igualmente de ruas e botequins mal frequentados. Por mais isentos que *Os Lusíadas* estejam da influência da plebe rude, por mais fidelidade que o poeta dedique à ideologia em que se educou e preceitos clássicos do gênero poético escolhido, escapam indícios de que o povo, mesmo não nomeado, estava presente a seu pensamento como sempre esteve envolvido em sua vida.

A finalidade inicial do poeta é celebrar os valentes que se libertaram da lei da morte, sob uma hierarquia estabelecida logo aos primeiros versos: guerreiros-navegantes, reis antigos e

D. Sebastião à frente. Favorecidos de Marte e Netuno; os de Ceres, Vulcano e Mercúrio não são para nada chamados. Os lusíadas, para ele, são aqueles, os escolhidos, a elite. Só depois é que a amável intervenção de Vênus alarga o sentido da palavra para quantos falam a língua portuguesa e isto mesmo em segundo lugar, porque seu primeiro argumento de simpatia é terem as qualidades do povo romano: as militares. A hierarquia inicial prevalece, mas é esta alusão à língua um aporte novo, elemento unitivo do conceito de povo, como, politicamente, se entendia desde o reinado de D. Dinis. Elemento caro também aos escritores da época, que se apuravam em celebrar-lhe a beleza, tão assemelhada à da língua latina, como Vênus acrescenta. A deusa encontra esse fator de unidade como se fora um *alter ego* do poeta, a ajudá-lo a inscrever o português anônimo nos *Lusíadas*.

Não exageremos, porém. Embora celebrando a todos, o poeta concentra-se nos nobres e comandantes de forças, desprezando a “fruta ruda”. Não se trata de uma opção de estilo — o grandiloquo — apenas. Ao grandiloquo do estilo corresponde o de personagens, nível social e ação. Se bem interpretamos o passo, não havia necessidade dessa alusão ao instrumento de pastores, bastando a súplica da “tuba canora e belicosa” às Tágides para estarmos informados da deliberação do poeta. Se ele diz que não quer algo, e sim outra coisa, a insistência em tornar claro o que despreza tem significação correspondente.

Começando pelo título, convém notar que a palavra *lusíada* não é, nem foi popular ao longo dos séculos. Carolina Michaelis de Vasconcelos (5) assinala o dilema de Camões, escolhendo a palavra para título, mas evitando-a no texto do poema, onde aparecem sinônimos, ou expressões de uso corrente, como *português*, *gente portuguesa*, *lusitana gente*, e mesmo eruditismos como *lusos*, *geração de Luso*, *pastores de Luso*, *lusitano*, sem que se repita a invenção de André de Resende “*sicut ab Aenea Aenadas dixit Virgilius*”. A palavra *lusíada* tinha curso na classe dos letrados, incluindo-se a “mocidade estudiosa de Lisboa,

Coimbra e Évora”. O povo, sem desconhecê-la, passou a identificar apenas o poema, ao invés de abarcar seu sentido completo, do qual o título é simples consequência. Não lhe falta outra razão além do artificialismo da palavra sempre que o poeta fala em “gente lusitana”, refere-se a guerreiros — e não a artífices, artesãos e lavradores — tendo até, essa expressão tão banal, algo de repúdio à noção de povo como parte pacífica e sedentária, isenta de heroísmo, de cuja maioria os combatentes saíam como minoria.

Contudo, os descendentes de Luso são mais numerosos do que eruditos capazes de entender a origem laboriosa do título. Camões não podia ignorar esta situação — ele, que tantas vezes queixou-se de ser a poesia pouco prezada pelos portugueses. A preferência pela palavra helenizada pode corresponder à atitude clássica de André de Resende, ou ao direito modelo etimológico de Virgílio; fato irrelevante. O resultado sempre será um afastamento em relação ao povo, mas também uma exaltação, pela semidivinização avocada na sua origem. Ainda que não o entenda, o povo português é caracterizado como descendente de um ser mitológico, convivente com os deuses. Camões não teria a veleidade de pensar que todos percebessem o valor, e até a intenção deste detalhe, e, assim, tomou o partido de falar aos cultos do mundo inteiro sobre seu povo, dispensando-se da glória imediata, de ser entendido pelos menos cultos. Atitude, de resto, própria dos humanistas, que desprezavam o povo não por ser povo mas devido à ignorância em que vivia.

É uma atitude correspondente ao pensamento social do tempo, também. Creditava-se ao povo, por inteiro, o solo — embora o rei fosse proprietário de grande parte do país (6) e “cerca de um quarto da superfície arável” pertencesse a mosteiros e a ordens de cavalaria, no qual “debalde o homem trabalhador buscava uma parcela de terreno, a preço conveniente,

(6) MAURO, Frédéric — *Études Économiques sur l'Expansion Portugaise*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1970.

(5) Pref., in *Os Lusíadas*, ed. nacional, Lisboa, Imprensa Nacional [1970].

para cultivar” (7). Assim despossuído, o grosso dos 1.326.000 habitantes de Portugal (reinado de D. João III) teria pouca ou nenhuma expressão econômica. Frédéric Mauro, apoiado no brasileiro Celso Furtado (8) nota aquele “empire qui vivait d’une redistribution en Europe de produits de luxe, les épices, d’un prix très élevé sous une qualité très faible, ne nécessitant pas l’emploi d’une très grande main-d’oeuvre et la distribution en salaires d’une part trop importante du revenu”. No século XV, 600 famílias imigrantes, das mais ricas, compraram a dinheiro sua residência definitiva em Portugal. No começo do século XVII (Mauro cita o jesuíta Diogo de Aredo) não há uma só família da alta sociedade portuguesa sem sangue judeu nas veias e, ao mesmo tempo, a Inquisição estimava em 200.000 as famílias judaico-portuguesas. Abaixo dessa burguesia e da nobreza, cujos interesses se confundiam aos do clero, o povo nem dispunha de terra, nem de parte considerável na renda nacional, nem vislumbrava possibilidade de ascensão política — esta a depender do sangue de nascença, de ramalhudas árvores genealógicas — ou social, embora menos difícil — pela educação, casamentos e fortuna — sendo claro que neste caso indivíduos isolados se beneficiavam, passando a integrar a burguesia.

No entanto, as glórias das conquistas e descobrimentos ultramarinos eram, de certo modo, creditadas a todos quantos delas participavam: “ao reinado de . . .” Não dispondo de condições para redistribuir terra, posições, renda nacional e o demais, Camões se ocupa do imponderável da glória e dá aos portugueses em geral — lusíadas — seu canto, de vez que não lhes pode dar a autoria dos feitos determinantes deste mesmo canto.

É uma colocação um tanto ambígua, que nos leva a pensar que o poeta, sem violentar o pensamento social de sua época e

(7) AZEVEDO, João Lúcio de — “Organização Econômica” in *História de Portugal*, ed. monumental comemorativa do 8.º Centenário da Fundação da Nacionalidade, dir. de Damião Peres, vol. III, III parte, cap. 3, Barcelos, Portucalense Editora, MCMXXXII.

(8) FURTADO, Celso — *A Economia Brasileira*, Rio, 1954.

país, teve a intuição de que os capitães sozinhos nada conseguiriam.

Uma força indeterminada de cobiça movia as massas. Sendo certo que “a soldadesca da Índia passava por ser a ralé do reino” (9) Camões, que com esta gente privou teria, talvez, suas dúvidas. Será esclarecedora uma leitura atenta do final do Canto VII. Nem era, tampouco, o povo todo soldadesca. O aldeão que perdia sua lavoura nas guerras, o conscrito jogado à morte sem brilho nem glória, o velho revoltado contra a aventura do ultramar, a mulher rezando nas muralhas ao começo de uma batalha — foram mais considerados por Camões do que o ideal cavaleiresco poderia desejar. Ele próprio deve ter sentido, alguma vez, como estava próximo ao povo, ao menos quando lhe faltava dinheiro; ou notoriedade bastante para ser recebido pelo rei, não obstante o sangue. O povo seria como se auto-retratou: humilde, baixo, rudo, não conhecido nem sonhado d’el-rei (10). E o poeta, em certos momentos, na Índia, em Moçambique, a viver da generosidade dos amigos, ou mesmo depois do retorno à pátria, deve ter sofrido como qualquer plebeu e meditado sobre a insuficiência do azulado no sangue, quando o animal humano se vê faminto e só.

Sua visão da História é menos a de Fernão Lopes que a do seu tempo, quando as Cortes nem eram mais convocadas. Os grandes capitães determinam os feitos importantes, enquanto a massa murmura, apenas, em segundo plano, seu coro de gemidos, quase sempre, ou de arquejos ansiosos na Ilha dos Amores. Como, porém, a ordem social é respeitada mas não de todo aceita por justa, Camões dá voz a rebeldias isoladas, sendo a dele próprio uma delas. Quando o personagem hierárquica ou socialmente inferior protesta contra ordens, leis e costumes ditados do alto, é invariavelmente derrotado. Luta, porém, até com desespero temerário, prolongando-se em Prometeu ou líder de si próprio.

(9) AZEVEDO, João Lúcio de — op. cit.

(10) X, 154.

A posição de Camões frente a essas ruturas da ordem varia como a de um juiz que, ante a mesma infração à lei age conforme os casos específicos: no de Baco, a antipatia que cerca o personagem e suas manobras identifica a condenação; no do velho do Restelo, há indícios claros de que a *arraia miúda* aprova-lhe as palavras e, como o poeta não esclarece posição própria, dir-se-ia que estuda os autos e transfere a prolação da sentença, embora saiba qual será; no próprio caso, no protesto contra o estado em que se encontrava (ampliado pelo desprezo dos portugueses — rei inclusive — à poesia) devia jurar suspeição e não o faz porque não encontraria quem lhe defendesse os direitos, ou julgasse. A seu ver, é tão notória a injustiça que se esquece de estar julgando causa própria, inocenta-se — mais ainda: apregoa o valor de sua poesia — e condena quantos o cercam, começando pelo rei até portugueses em geral. (11)

Na escala de valores de Camões, Deus é supremo. Em seguida, vêm o rei e os nobres: os vassallos são os membros, o rei é a cabeça, diz Vasco da Gama (12). Os homens, em geral, valem pelo engenho e pela espada, sendo ele, Camões, um expoente que se auto-afirma, militar e poeta. Do mesmo modo os povos, tomados nacionalmente. O grego:

... clara Grécia, o Céu penetras  
(E não menos por armas, que por letras). (13)

O veneziano:

Braço forte, de gente sublimada  
Não menos no engenho que na espada. (14)

O próprio poeta:

Para servir-nos, braço às armas feito,  
Para cantar-vos, mente às Musas dada. (15)

Entendamos, porém, que a fé paira por cima de tudo e move por igual engenhos e dextrezas militares — forças a serviço da Cruzada. A noção social de povo perde-se dentro da religiosa de cristandade, da política de portugueses e da hierárquica, que só lhe permite relevar os chefes. Ademais, coexistiram em Camões o humanista e o militar. O primeiro, “sonhando, imaginando ou estudando” e o outro “vendo, tratando e pelejando”. O poeta é uma síntese dessas condições e não é motivo de espanto se o pacifista, que devia ser, e o universalista, cedem passo ao cantor da guerra e glorificador de guerreiros. Afinal, é esta, e não outra, a ótica dos narradores da história de Portugal em *Os Lusíadas*. Mesmo quando se tornavam auditores das profecias, nos cantos finais, não custa entendermos que, militares, queriam ouvir de batalhas e conquistas. O importante é notarmos que esses acontecimentos não são isolados da finalidade maior, que seria a implantação universal da fé em Cristo e conseqüente fraternidade dos homens na obediência a uma doutrina de amor. Assim, o poema trata da preparação de um futuro “quinto império”, por uma pequena cristandade sediada em uma praia ocidental da Europa, conduzida por barões, em nome de um rei absoluto. Daí, talvez, a impermeabilidade de Camões às civilizações do Oriente.

Antônio José Saraiva, de ordinário tão arguto, nota isto, ao focar o que lhe parece a ausência do povo. Para referir-se ao português, remonta a Fernão Lopes e aos tempos do primeiro Avis: “Falta um pano de fundo, um ser coletivo de que os indivíduos sejam formas transitórias. Quem lê Fernão Lopes fica impressionado com a formidável presença da cidade de Lisboa e dos povos do reino do princípio ao fim da *Crônica de D. João I*”. (16) Como comparar a importância política e social do povo no tempo em que uma revolução popular punha o Mestre no trono com a do tempo de D. Manuel? À autoridade que o povo conquistara, naquele então, correspondia a desordem nos quadros da nobreza, toda desorganizada e enfraquecida pela desunião. Muito outra era a situação no fim do

(11) VII, de 78 a 83.

(12) II, 84.

(13) III, 13.

(14) III, 14.

(15) X, 155.

(16) *Luís de Camões*, cit.

século XV. Camões não tem o senso dos fenômenos históricos que se percebe na genialidade de Fernão Lopes; mas o que seria deste se nele fôssemos catar imagens poéticas?

O povo, em *Os Lusíadas*, não é o vistoso pano de fundo (aliás, preferíamos chamá-lo ator, coro, mas estamos aproveitando os termos de Saraiva) que se encontra na *Crônica de D. João I*, mas o é sem dar tanto na vista. Sempre está presente, quando Camões se refere às leis (“de rigorosas leis desalivaios”) e quando, corajosamente, critica reis e barões, como ao dizer que o povo só obedece a rei “mais que todos excelente” (17), o que vem a ser restrição de notável teor subversivo, e ao reclamar contra o jesuíta Luís Gonçalves da Câmara, conselheiro de D. Sebastião, acusando-o de “despir e roubar o pobre povo”. (18) Em certas ocasiões, a palavra é substituída por sinônimos, como gente, gentes, e em muitas torna-se difícil saber se mestrais e camponeses são compreendidos em seu contexto. No episódio de Inês de Castro, “povo” é usado como “pessoas” e, com toda a evidência, Camões está se referindo à nobres, pois não eram de outra categoria aqueles senhores que persuadiram Afonso IV a mandar assassinar a jovem galega. Aliás, ela mesma os chama de cavaleiros (19). Em outra ocasião, quem mata o conde Andeiro é o povo, quando era de todos sabido que fora o Mestre de Avis o matador, acompanhado por altas figuras que haviam tomado seu partido. A interpretação segundo a qual aquele ato era a consecução de um desígnio popular e seus executores representavam a arraia miúda, embora discutível, poderia ser considerada. Mas no caso de Inês não há o que se discutir e, por analogia, no do conde Andeiro também. Trata-se, em ambos, da indefinição do termo, social e semanticamente, como se fosse o plural de *homem*. Quando Camões diz

A gente e marinheiros trabalhavam (20)

pode-se entender, como José Maria Rodrigues nos seus comentários à Edição Nacional, que o poeta se refere à gente de ar-

(17) III, 93.

(18) VII, 85.

(19) III, 124 e 130.

(20) I, 48.

mas — capitães e soldados rasos — e marujos saídos das classes mais baixas, encarregados de serviços grosseiros a bordo.

Isto só é mencionado porque nos alerta para o fato de que tudo quanto ocorre na expedição de Vasco da Gama tem a participação popular pela presença desses soldados e marinheiros, como dos degredados, sendo possível que fossem homens do povo aqueles dois que desembarcaram em Mombaça para averiguar se ali viviam cristãos. (21) Camões não salienta esta parte dos navegantes, mas como já focamos a jocosidade como marca de suas glosas e redondilhas, lembramos o personagem Fernão Veloso, com todas as características do homem da rua. É ele quem desce à terra, em África, muito chibante e presumido de corajoso para logo voltar às carreiras com a negralha nos calcanhares. O comentário do acontecimento e sua resposta antecipam de pouco o episódio tenebroso do Adamastor, com um corte na ação e um contraste que eram bem da predileção do poeta:

Disse então a Veloso um companheiro,  
(Começando-se todos a sorrir):

— “Olá, Veloso amigo, aquele outeiro  
É melhor de decer, que de subir...”

— “Si é, — responde o ousado aventureiro —,

Mas, quanto eu para cá vi tantos vir  
Daqueles cães, depressa um pouco vim,  
Por me lembrar que estáveis cá sem mim”. (22)

Esse mesmo galhofeiro Veloso é contador de histórias capaz de distrair os companheiros, tanto assim que ele é quem narra o episódio dos Doze de Inglaterra, no canto VI, e ainda retorna ao poema no penúltimo para incitar os portugueses a perseguirem as ninfas despidas da Ilha dos Amores.

(21) V, 35.

(22) V, 35.

Também de extração popular tem jeito de ser o soldado Lionardo, contracenante de Veloso na preparação do episódio dos Doze de Inglaterra e, como este, galgo luxurioso da caçada às ninfas. Se está em sua boca um verso em língua italiana, a única citação estrangeira de *Os Lusíadas*, isto pode ser levado à conta do pouco interesse de Camões pela caracterização dos tipos através da linguagem, como se pode reparar nas alusões mitológicas feitas pelo rei de Melinde e na uniformização de todas as falas em estilo grandiloquo.

Detalhes de anexins podem ser encontrados como:

Na pátria onde profeta ninguém é (23)

x

Que é fraqueza entre ovelhas ser leão (24)

x

Onde reina a malícia está o receio  
Que a faz imaginar no peito alheio (25)

x

Que outrem possa louvar esforço alheio,  
Cousa é que se costuma e se deseja,  
Mas louvar os meus próprios, arreceio  
Que louvor tão suspeito mal me esteja; (26)

Estes últimos versos são, dilatado, o dito "louvor em boca própria é vitupério". Também dir-se-ia de evocação vulgar aquele passo em que Camões conta que a coragem dos portugueses era tão grande que o Mar Vermelho ficou amarelo de medo:

(23) X, 119.

(24) I, 68.

(25) II, 9.

(26) III, 4.

E vereis o Mar Roxo, tão famoso,  
Tornar-se-lhe amarelo, de enfiado. (27)

Chega, porém, de esmiuçamentos que podiam se prolongar sem mais proveito. Vamos contrapor à alegoria do Velho a solução camoniana da Ilha. Quando ele prega a guerra de rotina, opondo-se às navegações de longo curso, quando se preocupa com o gasto de dinheiro e insulta o povo de néscio, este, ou a parte deste que navega de torna-viagem, é recebido em plano de igualdade pelos seres sobrenaturais, após desobedecer em tudo ao que a prudência do Velho recomendava.

"O Velho verbera, não que as conquistas se façam, mas o caráter contraditório da natureza humana que não se realiza plenamente, se não cortar o cordão umbelical que a prende à *mater* que a gerou. E no poema o paralelo é tão perfeito como a primeira tentativa de 'largada' que o que é posto em relevo, visualmente, na conquista de Ceuta são as 'mil aves andantes' que navegam para lá: e escusado será sublinhar a importância da metáfora das aves, já que estas claramente representam, misticamente, a negação da lei da gravidade, que prende os seres à terra" (28). Jorge de Sena, que assim pensa, mostra noutra parte do seu livro a importância de Thetis, a *madre* Thetis, que preside o rancho das ninfas amorosas. Não é uma deusa secundária mas, pelo contrário, das mais importantes.

Então, por nossa conta, entendemos que quando Vasco da Gama a possui, e os outros portugueses às demais ficções gentis, há uma conjunção de belezas puras que só em parte mínima é dádiva de Vênus, porque havia sido conquistada com valor. Tudo é beleza e amor quando homens e deuses passam a ser iguais, o que só se tornou possível porque Camões esqueceu-se de que era cristão e militar para ser todo poeta, e porque não poderia existir prêmio humano para aqueles heróis, senhores do impossível do mar e decifreadores de mistérios.

(27) II, 48.

(28) SENA, Jorge de — *A estrutura de "Os Lusíadas" e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do século XVI*, Lisboa, Portugália Editora, [1970] p. 140.

Rompam cordões umbelicais representados pelo pensamento da Idade Média e separação até então relativamente mantida entre as ordens natural e mitológica, por se haverem tornado, até contra um deus, deuses na ilusão de um porto maravilhoso. E nem neste momento a hierarquia sofre dano. Thetis é de Vasco e não de outrem. Já se vê como o povo não podia ter aparência muito visível em *Os Lusíadas*. Thetis é a Fama e a Glória com que o povo néscio se enganava, na opinião do Velho. Thetis é o desmentido ao Velho, agora ludibriado pela imaginação do grande poeta. Vê-se que só existiu para que a Ilha subisse à flor das águas com todos os seus suspiros de amor. Praguejara, o do Restelo, que nenhuma cítara daria memória e fama aos portugueses, condenando *Os Lusíadas* antes de nascer. Mas como é produto do próprio Camões, sua função estética parece aclarada.

A máquina do mundo e o futuro se desvendam ao Homem, que outra coisa não representa Vasco da Gama na ocasião. É o Homem vitorioso, dono da natureza, que só outro Homem, dominador da poesia, pode celebrar. Por trás de Vasco, Liomardo, Veloso, os mais sem nome: por trás de Camões a tradição da poesia trovadoresca e jogralesca, a vontade nacional que pedia o sumo Canto dos tempos áureos que se estavam a terminar. E em tudo, mais perto ou distante, o latir do coração português do poeta, a sentir o efêmero e o eterno das glórias: a política do seu país e a literária da epopéia. A Ilha é a resposta ao Velho e também, como Jorge de Sena salientou, uma catarse total. A última, digamos, de Portugal imperial. Do mesmo modo, diríamos que a leitura do poema, em época como a nossa, em que os valores humanos se limitam pela massificação e o supremo saber tende a cifrar-se no fornecimento de dados a computadores, a leitura do poema é também catarse e não só para portugueses. Para qualquer ser humano que aceite, altivo, a condição de bicho da terra tão pequeno. Não era simples bicho, nem pequeno, quem o escreveu. Há um toque de redenção até em sua amargura, que é o eterno Prometeu que dorme em cada Homem.

## RESENHAS DE LIVROS

MÁRIO NEME — *Fórmula Política no Brasil Holandês*

Num tom indubitavelmente polêmico, sem que isso prejudique, no entanto, nem a firmeza da argumentação nem a boa base documentária, o Sr. Mário Neme contrapõe à generalizada afirmação de que o período de dominação holandesa no nordeste brasileiro representou um avanço em nossa formação política, a tese de que houve, então, um retrocesso em relação às práticas que havíamos recebido de Portugal e, ainda mais, ao pensamento de que tais práticas eram a simples exteriorização.

A própria natureza da ação aqui empreendida pela Companhia das Índias Ocidentais era contrário, em si mesma, ao desdobramento de qualquer realidade de política superior. Para aqui viera não um Estado, mas uma empresa. "A sua fonte de direito e autoridade era uma Companhia que visava estritamente à obtenção de proventos materiais; esse Estado, além de alheio aos desideratos do bem comum, apresentava-se destituído de um fundamento doutrinário, de um corpo de leis gerais razoavelmente codificadas, em condições de razoavelmente configurar um estado de direito; a ação dos dirigentes desse Estado estava condicionada pelos estritos objetivos de lucro da Companhia que os empregava, impossibilitando-os de agirem como governantes preocupados com o bem público", etc. (pág. 123). Este será o núcleo central da demonstração pretendida e realizada pelo autor. Para um lado e para outro, podem observar-se dois desdobramentos: o Estado holandês que, na verdade, não existia porquanto a congregação das sete províncias não chegara a uma definição política consistente, não se encontrava em condições de impor à Companhia outro rumo qualquer; e os indivíduos que da sede recifense governavam as terras conquistadas não traziam nem a vivência política que capacitasse a alterar semelhante estado de coisas, nem a intenção de fazê-lo. Tudo isso se refletia nos incessantes choques internos (que resultaram insolúveis, incólumes!) da administração holandesa. E não só impediu que, apesar dos êxitos obtidos, a conquista desse os resultados esperados, como — sobretudo — compôs, com a situação criada paulatinamente pelos portugueses desde a chegada de Duarte Coelho, um contraste que preparou, de longe, a derrota dos conquistadores.

Dentro desse quadro geral, dois aspectos são estudados particularmente pelo autor: a atuação de Maurício de Nassau e a reunião, em 1640, de um congresso de escabinos. Em torno do Conde João Maurício, há "um processo de glorificação" iniciado ainda em sua vida com a obra de Barléu e que se prevaleceu, no século passado, dos ressentimentos contra Portugal por uma geração bem próxima das lutas da Independência: transformaram-se atos seus de benevolência pessoal e paternalismo em benemerência política, esquecendo-se a orientação global do seu governo. Com relação aos escabinos, o Sr. Mário Neme retoma uma tese que sustentei em 1936 no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Per-